

PROPOSTA DE UNIDADE DIDÁTICA PARA FORMAÇÃO DE INTÉRPRETES: O USO DE GLOSSÁRIOS PARA PREPARAÇÃO COM VISTAS À INTERPRETAÇÃO EM CONFERÊNCIA DA ÁREA JURÍDICA

A DIDACTIC UNIT PROPOSAL FOR INTERPRETER EDUCATION: THE USE OF GLOSSARIES IN ORDER TO PREPARE FOR LEGAL CONFERENCE INTERPRETING



Tiago Coimbra NOGUEIRA
Professor assistente
Universidade Federal do Rio Grande
do Sul
Instituto de Letras
Departamento de Línguas Modernas
Porto Alegre, Rio Grande do Sul,
Brasil
lattes.cnpq.br/9405741881258053
orcid.org/0000-0003-1248-7357
ticoimbrails@gmail.com

Eduardo Felipe FELTEN
Professor assistente
Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Línguas
Estrangeiras e Tradução
Brasília, Distrito Federal, Brasil
lattes.cnpq.br/5017941601948665
orcid.org/0000-0003-2938-3220
eduardofelten.unb@gmail.com

Luciana Marque VALE
Tradutora e intérprete de/para Língua
de Sinais
Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Línguas
Estrangeiras e Tradução
Brasília, Distrito Federal, Brasil
lattes.cnpq.br/1335841621563778
orcid.org/0000-0002-7597-6804
lucianainterprete@gmail.com

1

Resumo: Este trabalho insere-se no campo aplicado dos Estudos da Tradução e objetiva trazer reflexões a respeito da elaboração de uma Unidade Didática (UD) destinada ao ensino de interpretação de Libras-português, mais especificamente à abordagem sobre a preparação para atuação em conferências voltada para o desenvolvimento da subcompetência instrumental e subcompetência extralinguística na seleção, no uso e no registro de termos, sinais-termo e glossários de Libras. O artigo busca um diálogo entre o campo da Terminologia e Terminografia de Libras e os Estudos da Didática da Tradução e Interpretação, propondo uma reflexão sobre a formação de intérpretes para atuação em conferências. Apresentamos uma proposta de intervenção pedagógica que trabalhe com competências a serem adquiridas e considere demandas de mercado. Propomos uma UD que auxilie formadores a trabalhar com intérpretes novatos para utilizar materiais terminográficos voltados para a prática de interpretação em contexto de conferência da área jurídica. Para a elaboração da UD, partimos dos fundamentos teórico-metodológicos da Didática da Tradução de Hurtado Albir (1999, 2011, 2015) e das contribuições de teóricos da Terminologia e Terminografia de línguas orais e de sinais, como Bevilacqua e Kilian (2017); Cavallo (2017a, 2017b); Felten (2016, 2020); Krieger e Finatto (2018); Tuxi (2017); Vale (2018), entre outros. A UD proposta por esta pesquisa foi desenhada a partir de tarefas com objetivos que visam à aquisição processual, por parte do intérprete de língua de sinais e português em formação acadêmica, manipulação e criação de glossário para atuação em conferências da área jurídica.

Palavras-chave: Formação de intérpretes. Intérpretes de Libras. Unidade Didática. Glossários. Terminologia da Libras.

Abstract: This work is part of the applied field of Translation Studies and aims to reflect on the development of a Didactic Unit (DU) for teaching the interpretation of Portuguese-Brazilian Sign Language (Libras). The proposed DU is intended to prepare the translator and interpreter of Libras for performing in conferences. Thus, this approach seeks the development of instrumental and extralinguistic sub-competencies in the selection, use, and registration of terms, signs terms, and Libras's glossaries. In this way, the article pursues a dialogue between the field of Brazilian Sign Language Terminology and Terminography and the Studies of Didactics of Translation



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da *Licença Creative Commons* Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

and Interpretation, suggesting a reflection on the training of interpreters to act in conferences. We suggest a pedagogical intervention that works with competencies to be acquired and considers translation market demands. For this, we propose a DU that helps instructors to collaborate with interpreters in training regarding the use of terminographic materials for practicing the interpretation in conferences in the context of the legal field. For the formulation of the DU, we started from the theoretical-methodological framework of the Didactics of Translation by Hurtado Albir (1999, 2011, 2015), and the contributions of oral and sign languages Terminology and Terminography researchers, such as Bevilacqua e Kilian (2017); Cavallo (2017a, 2017b); Felten (2016; 2020); Krieger e Finatto (2018); Tuxi (2017); Vale (2018). The DU proposed by this research was designed according to tasks with objectives that aim at procedural acquisition, by the Sign Language and Portuguese interpreter in academic training, manipulation, and creation of a glossary for performing in the legal area conferences.

Keywords: Interpreter education. Brazilian Sign Language (Libras) Interpreters. Didactic Unit. Glossaries for interpreters. Brazilian Sign Language (Libras) Terminology.

Introdução

Nos últimos anos, alguns fatores têm contribuído para a expansão das práticas de tradução e interpretação para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), seja por força de legislações, seja pelo interesse acadêmico. Nesse contexto de ampliação das demandas de atuação, torna-se importante qualificar os profissionais que atuarão nesses diferentes campos, observando as necessidades sociais e demandas de mercado, além de desenhar intervenções de ordem pedagógica que orientem as competências que podem ser adquiridas pelos futuros profissionais durante a formação.

Este artigo tem por objetivo realizar um diálogo entre o campo da Terminologia e Terminografia da Língua Brasileira de Sinais e os Estudos da Didática da Tradução e Interpretação, propondo uma reflexão sobre a formação de intérpretes para atuação em conferências. Compartilharemos uma proposta de Unidade Didática (UD) que se vincula à Didática da Tradução (DT) guiada pelas pesquisas do grupo PACTE (2003) e de Hurtado Albir (1999, 2005, 2007, 2015). Basearemos-nos em uma perspectiva de aprendizagem de abordagem cognitivo-construtivista, na formação por competências e com base metodológica no enfoque por tarefas aplicável à formação de intérpretes de Libras-português em cursos de graduação. Também apresentaremos uma proposta de ficha terminológica para a elaboração de glossários bilíngues português-Libras voltados a tradutores e intérpretes de Libras-português.

Na fase que antecede o ato interpretativo, a preparação do intérprete conta com a necessidade de manipular a terminologia, e esse é um conteúdo que deve estar presente nas formações. No entanto, quando olhamos para os currículos de formação de intérpretes de Libras-português no Brasil, o desenvolvimento de competências específicas para o uso de recursos instrumentais e conhecimentos extralinguísticos não aparecem de forma evidente (Luchi, 2019). Sendo assim, torna-se importante considerar propostas de intervenção pedagógica que trabalhem com competências a serem adquiridas pelos profissionais e

considerem as demandas de mercado. O intérprete de Libras-português deve saber onde e como buscar informações ao lidar com terminologias em uma determinada conferência.

Apresentamos uma UD¹ baseada em cinco tarefas que visa trabalhar com objetivos de aprendizagem voltados à aquisição de subcompetências ativadas no processo de estudo prévio para a interpretação em uma conferência da área jurídica. Essa temática vem ganhando relevância na comunidade surda do Brasil devido à ampliação do serviço de interpretação para Libras.

O quadro teórico a que este trabalho se alinha mostra consonância com as premissas do ensino de tradução especializada (Hurtado Albir, 1999, 2007). O embasamento teórico está inserido na ampliação do quadro de Competência Tradutória (CT) do PACTE (2003) para as competências de interpretação em conferências (Cf. Nogueira, 2016, 2019).

A proposta também está alinhada ao conceito de “objetivos de aprendizagem” sugerido por Delisle (1980, 1993), concepção que explicita que ensinar tradução requer uma perspectiva pautada em objetivos sistematizados por meio de exercícios e que levem o estudante a realizar mudanças em longo prazo. Tais atividades pedagógicas devem ser realizadas pelos alunos a fim de conhecer, explorar e adentrar o processo tradutório ou interpretativo, além de desenvolver competências específicas da preparação para interpretação de conferência.

3

1. Considerações Teóricas da Didática da Interpretação em Contextos Específicos

A Competência Tradutória (CT) tem um papel fundamental e constitui o quadro teórico da Didática da Tradução (DT). O modelo holístico e componencial do PACTE (2003) destaca-se principalmente por ter sido elaborado com base em pesquisas empírico-experimentais, apresentando conhecimentos declarativos e operacionais necessários para o fazer tradutório. De acordo com o modelo, cinco subcompetências, juntamente aos componentes psicofisiológicos, constituem a CT. São elas: subcompetência bilíngue, subcompetência extralinguística, subcompetência de conhecimentos sobre a tradução, subcompetência instrumental e subcompetência estratégica.

Hurtado Albir (2005, p. 29) argumenta que “todas essas subcompetências funcionam de maneira integrada para formar a CT e agem entre si em todo ato de traduzir”. Ao observar as subcompetências descritas, é possível perceber que elas podem também ser aplicadas para atividades de interpretação, e, ainda que sejam certamente ativadas de forma distinta, apresentam-se como igualmente necessárias. Camargo (2014) trata justamente dessa possibilidade e apresenta uma reflexão inicial sobre as subcompetências do PACTE para a

atividade de interpretação. A autora analisa o modelo apresentado pelo grupo PACTE em 2003 com intenção de aplicá-lo ao contexto de interpretação de conferência de línguas orais. Esse exercício também é realizado por Nogueira (2019), que descreve e analisa o modelo do PACTE para o processo de interpretação de língua de sinais ao observar a atuação de uma equipe de intérpretes de Libras-português atuando em uma conferência.

Para Nogueira (2019), todas as cinco subcompetências descritas pelo PACTE são desenvolvidas durante a prática de interpretação de conferência, mas há refinamentos e momentos de aplicação distintos. O autor destaca os papéis das subcompetências bilíngue, instrumental e estratégica, e dos componentes psicofisiológicos. Também demonstra a importância da aquisição de uma competência técnica para o uso do equipamento eletrônico disponível na cabine de interpretação simultânea.

Para a aquisição da competência tradutória, o PACTE (2003) também apresenta um modelo “dinâmico e cíclico”, que consiste em um processo gradual de passagem de um conhecimento novato para um conhecimento experto, ou seja, partindo de uma competência pré-tradutória até a CT. Hurtado Albir (2005, p. 26) diz que “à medida que o conhecimento especializado avança, aumenta a habilidade para reconhecer traços situacionais e escolher estratégias apropriadas cada vez mais automatizadas e intuitivas”. Esse processo de aquisição possui algumas características que são descritas por Hurtado Albir (2005, p. 30):

- 4
- (1) Estão inter-relacionadas e compensam-se umas às outras;
 - (2) nem todas têm um desenvolvimento paralelo, exigindo hierarquias;
 - (3) sofrem variações segundo se trate de tradução direta ou inversa, segundo a combinação linguística, a especialidade e o contexto de aquisição.

No nosso caso, o ensino estará pautado nas subcompetências, e a especialidade do contexto jurídico, na combinação linguística de Libras e Português.

2. A Terminologia e Terminografia de Libras: um Caminho Possível para a Formação de Intérpretes

No presente artigo, como proposta integradora entre a tradução e o ensino, optou-se por dar destaque, especificamente, à questão do desenvolvimento da subcompetência instrumental e da subcompetência extralinguística. A subcompetência instrumental consiste, segundo o grupo PACTE (2003, p. 59), no conhecimento, predominantemente processual, que habilita a

escolha e o emprego de fontes documentais, entre as quais encontram-se dicionários e glossários. Por sua vez, a subcompetência extralinguística está relacionada a conhecimentos essencialmente declarativos, de forma geral ou de áreas específicas, incluindo conhecimentos enciclopédicos, biculturais e temáticos.

Destacamos essas subcompetências pois, quando se trata de textos de especialidade, o intérprete tende a se deparar com um campo fértil de terminologias. Isso posto, as terminologias conduzem o conhecimento científico, técnico e tecnológico que são parte do conhecimento enciclopédico. Tal saber pode ser encontrado em glossários e dicionários de especialidade, obras que organizam e registram os termos utilizados em domínios específicos do conhecimento humano.

Como este artigo pretende, ainda, utilizar a terminologia e a terminografia de Libras com base nos fundamentos oriundos da Terminologia e da Terminografia, apresentamos a definição de cada termo no Quadro 1:

Quadro 1 - Distinção entre os termos Terminologia, terminologia, Terminografia e terminografia

Terminologia	Área científica que se destina a estudar sinais-termo ² relacionados a um domínio científico, técnico ou tecnológico.
terminologia	Conjunto de sinais-termo utilizados numa determinada área científica, técnica ou tecnológica.
Terminografia	Estudo de natureza teórica e prática que lida com a coleta e organização de termos em dicionários terminológicos ou dicionários de especialidade (Schierholz, 2012).
terminografia	Obras propriamente ditas, isto é, os dicionários terminológicos, dicionários de especialidade ou glossários.

Elaboração: os autores.

Entendemos que as definições (Terminologia, terminologia, Terminografia e terminografia), oriundas da realidade das línguas orais, estão aplicadas à Libras. Assim, uma obra terminográfica está relacionada a um conjunto textual específico que aborda temas científicos, técnicos ou tecnológicos (Felten, 2020, p. 170). Bevilacqua e Finatto (2006) complementam essa ideia, afirmando que a prática terminográfica se distingue, sobretudo, no que se refere às informações técnicas que lhe são típicas.

Tal distinção é fundamental, pois propomos uma Unidade Didática (UD) que auxilie intérpretes em formação a utilizar materiais terminográficos voltados para a prática de interpretação em contexto de conferência da área jurídica. Conforme mostra Krieger (2006, p. 156), os tradutores e intérpretes compreendem que os termos técnicos-científicos “são componentes linguísticos e cognitivos nucleares dos textos especializados”, constituindo-se como elementos principais na representação e na divulgação do conhecimento científico e

tecnológico. Por esse motivo, destacamos, para o intérprete, a importância de reconhecer os termos presentes numa comunicação especializada e interpretá-los de forma adequada.

No que diz respeito à relação entre Tradução e Terminologia, Bevilacqua e Kilian (2017) explicam que essas áreas são consideradas disciplinas interdisciplinares e transdisciplinares, uma vez que se constituem a partir de teorias linguísticas, cognitivas e comunicativas. Também, as autoras consideram o texto e a situação comunicativa como fatores fundamentais. A comunicação especializada parte da identificação de suas características, como o contexto comunicativo, a temática, a estrutura textual etc. para realizar suas atividades específicas.

As áreas de Tradução e Terminologia, como áreas que se relacionam, são capazes de produzir interação entre si, e podemos inferir, portanto, que, “se toda tradução requer um aparato terminológico, as ações tradutórias de cunho especializado carecem muito mais do conhecimento e emprego de terminologias” (Vale, 2018, p. 313).

6

Ao considerar a atividade interpretativa desenvolvida pelo intérprete de Libras-português, é importante observarmos os termos como itens-chave para a compreensão de um discurso científico, técnico ou tecnológico. Isso significa que é a presença dos termos e sinais-termo do domínio jurídico que tornam as áreas da Terminologia e da Tradução capazes de produzir interação entre si.

Entretanto, na interpretação simultânea, por exemplo, é fundamental refletirmos que o texto ou o discurso “só será acessível, no seu todo e nas suas terminologias, se for capaz de apresentar informações de forma clara não só para o seu público-alvo, mas também para leitores não típicos ou medianos”³ (Finatto & Motta, 2017, p. 332). Isso posto, Finatto e Motta (2017) demonstram que deve haver uma relação estreita entre termo e texto. Essa relação ocorre devido aos conteúdos científicos ou técnicos que os termos carregam e que se tornam, muitas vezes, barreiras conceituais em textos de especialidade. Assim, percebemos a importância da preparação de um intérprete de conferência antes de sua atuação, pois esse é um aspecto que deve ser considerado pelo intérprete.

Dada a relação entre tradução e interpretação e Terminologia na Libras, abordaremos na próxima seção as subcompetências que trabalharemos na UD.

3. Mobilização de Competências para Uso da Terminologia

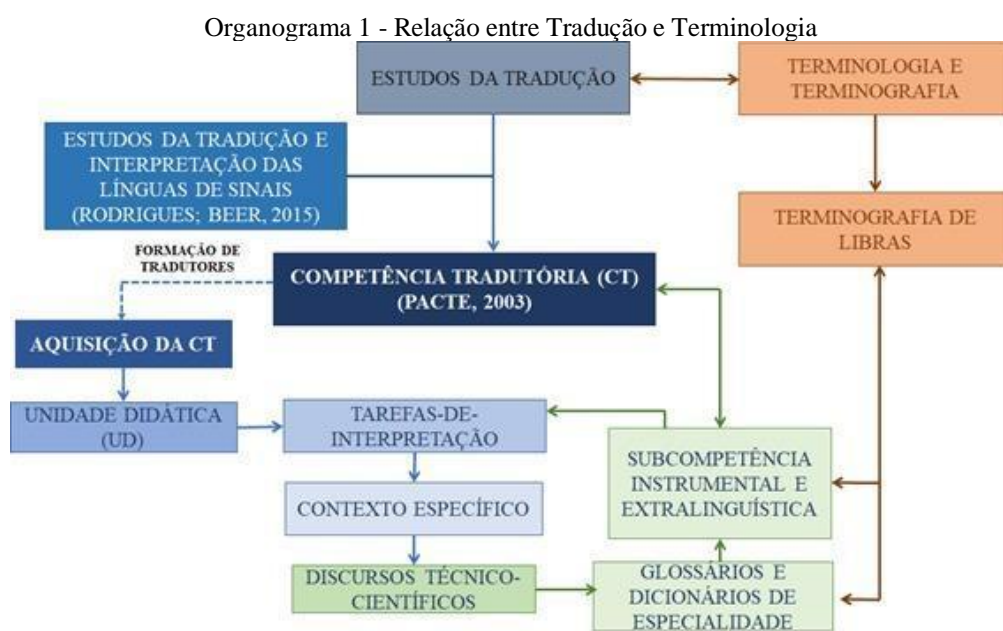
O grupo PACTE (2003), conforme apresentamos anteriormente, considera a CT como um conhecimento especializado, basicamente procedimental-operativo, necessário para se

NOGUEIRA, Tiago Coimbra; FELTEN, Eduardo Felipe; VALE, Luciana Marque. Proposta de unidade didática para formação de intérpretes: o uso de glossários para preparação com vistas à interpretação em conferência da área jurídica. *Belas Infêis*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 01-22, 2022. e-ISSN: 2316-6614. DOI: 10.26512/belasinfeis.v11.n1.2022.41251

saber traduzir. Interessa-nos destacar as subcompetências instrumental e extralinguística e suas características para os intérpretes de línguas de sinais, mesmo que o PACTE não as tenha inicialmente descrito levando em consideração esse público.

Hurtado Albir (2011, p. 395) explica que a subcompetência instrumental “está integrada por conhecimentos, essencialmente operativos, relacionados com o uso das fontes de documentos e das tecnologias de informação e comunicação (TIC) aplicadas à tradução”. São exemplos de fontes documentais dicionários, glossários, vocabulários, enciclopédias, gramáticas, livros normativos, textos paralelos, *corpora* eletrônicos, buscadores e outros.

Assim, para o desenvolvimento da subcompetência instrumental na formação de intérpretes de Libras-português, destacamos duas áreas: os Estudos da Tradução, que abarcam os Estudos da Tradução e Interpretação da Língua de Sinais (Rodrigues & Beer, 2015) e a Terminologia e Terminografia, que abarcam a Terminografia de Libras, conforme podemos observar no organograma a seguir.



Elaboração: os autores.

Esse organograma mostra um percurso que pode ser utilizado pelo professor de tradução e interpretação ao abordar as grandes áreas (os Estudos da Tradução e a Terminologia e Terminografia) com foco na aquisição das subcompetências instrumental e extralinguística. Dessa forma, os glossários e dicionários de especialidade são ferramentas possíveis para a interpretação de conferências cujo discurso está intrinsecamente relacionado à linguagem de especialidade.

A partir do percurso apresentado pelo organograma, é possível observar como as duas grandes áreas estão relacionadas. Isso significa que os Estudos da Tradução e Interpretação de Língua de Sinais são um ramo dos Estudos da Tradução. A DT é uma área que converge de forma eficiente para a formação de intérpretes de Libras-português. Isso posto, a Terminografia favorece pesquisas que objetivam a elaboração de glossários de Libras; a terminografia de língua de sinais vem, então, como um domínio em potencial para agilizar, fortalecer e complementar a formação.

Como áreas dialógicas, a DT e a Terminografia de Libras podem unir forças no intuito de auxiliar a encontrar, usar e divulgar sinais-termo pertencentes à comunicação de especialidade, propondo uma reflexão sobre a formação de intérpretes para atuação em conferências. Portanto, percebemos que ambos os domínios se unem para um objetivo: tornar o trabalho dos futuros intérpretes mais eficiente e qualificado.

Nesse sentido, no período de preparação e estudo prévio, os intérpretes podem buscar recursos que contribuam para o processo de interpretação, identificando possíveis problemas e encontrando soluções. Ao realizar esse procedimento, os intérpretes apropriam-se dos assuntos que serão posteriormente interpretados a fim de refletir e antecipar suas escolhas e soluções.

8

Ao considerar as subcompetências instrumental e extralinguística no trabalho do tradutor e o uso da terminologia, Cavallo (2017b, p. 50) relata que, após terem recebido o texto, os tradutores examinam o tipo de terminologia contida e, assim, passam continuamente “a realizar suas pesquisas em dicionários terminológicos impressos ou online, em glossários já presentes em suas memórias de tradução ou em outros bancos de dados”.

A necessidade de mobilizar as subcompetências instrumental e extralinguística e saber lidar com esses recursos facilita o trabalho do intérprete. Essa prática oferece otimização do tempo de trabalho, principalmente ao utilizar as ferramentas digitais. Além de mais rápida, a tradução e/ou a interpretação se torna muito mais confiável. Nesse sentido, Cavallo (2017b, p. 50) descreve que:

[O]s tradutores usam recursos terminológicos a posteriori, no sentido de que eles não realizam, geralmente, este tipo de pesquisa e documentação antes de receberem um encargo, a não ser que saibam que receberão um texto a ser traduzido sobre um assunto específico e já querem começar sua preparação.

No entanto, em relação aos intérpretes, eles atuam na antecipação das terminologias e dos léxicos de especialidade. Dessa forma, ao aceitarem uma demanda de atuação, mobilizam as subcompetências visando à preparação para a atividade de interpretação que será realizada (Nogueira, 2020).

Até aqui, mostramos como ocorre a mobilização entre competência instrumental e extralinguística e o uso de terminologias em Libras. Na seção seguinte, detalharemos a forma como a estrutura dos glossários em Libras serve para consulta na preparação da interpretação de conferência.

4. Ferramentas de Consulta para Preparação de Intérpretes em Contextos de Conferência

A respeito da atividade do intérprete e do uso da terminologia, Cavallo (2017b, p. 51) afirma que o:

[I]ntérprete começa sua preparação lendo os materiais fornecidos (nem sempre) pelos organizadores do evento, bem como estudando o corpus publicado do palestrante e treinando com eventuais vídeos disponíveis online. Este tipo de preparação pode envolver a criação de corpora — de forma manual e/ou (semi)automática — para extração de terminologia, a atualização e/ou criação de glossários bilíngues ou multilíngues *ad hoc*, contendo a terminologia recorrente da área, com a consequente busca de equivalentes em outras línguas de trabalho, co-ocorrentes e contextos definitórios, o possível uso de CAT tools como Wordfast e Trados, de ferramentas computacionais de análise de corpora como AntConc e WordSmith, bem como de outras ferramentas de gestão de terminologia como InterpretBank (para criação, armazenamento e gestão de glossários, auxílio na memorização antes da interpretação e modalidade facilitada de uso em cabine para pesquisa de termos).

As ferramentas descritas por Cavallo (2017b) são basicamente utilizadas por intérpretes de línguas orais. Entretanto, isso não significa que todas essas ferramentas podem servir para os intérpretes de Libras-português da mesma maneira. Santos (2018), em seu artigo “Terminologia, Tradução e Libras: alguns caminhos para pesquisas”, não apresenta ferramentas para preparação e gestão terminológica, mas expõe possibilidades para pesquisas envolvendo terminologia e tradução. Concordamos, portanto, que ferramentas terminográficas

funcionam na preparação para interpretação em conferências e podem ser, ainda, instrumentos para preparação e gestão terminológica em português e Libras.

Uma das possibilidades apresentadas por Santos (2018) são obras terminográficas. Entretanto, conforme os princípios básicos da Lexicografia e da Terminografia, ao pensarmos num glossário, por exemplo, é importante que se tenham muito bem delimitados o objetivo da obra e o público a que se destina. Na Libras, entretanto, há poucos materiais terminográficos que sejam elaborados considerando esses dois principais axiomas. Os glossários e vocabulários que organizam e documentam o léxico de especialidade em Libras estão, em sua maioria, em formato on-line ou em plataforma de compartilhamento de vídeos como o YouTube.

Para que os termos sejam organizados em glossários e disponibilizados no YouTube, é importante que aquele que lida com os termos e sinais-termo — o intérprete, por exemplo — sistematize as informações de um determinado termo numa ficha terminológica. Faulstich (1995, p. 31) considera a ficha terminológica como “a certidão de nascimento” de um termo. Essa organização pode auxiliar o intérprete a criar o seu próprio *corpus* particular a fim de ser consultado para trabalhos futuros que envolvam a mesma área científica, técnica ou tecnológica.

10

Como estamos falando sobre a documentação de termos e sinais-termo por parte do intérprete, Valentini (2002 como citado em Cavallo, 2017a) traz uma proposta de ficha terminológica interessante, pensada para as necessidades desses profissionais. Como já dissemos em outros momentos, a ficha terminológica é um material que contém todas as informações de um termo.

A ficha compõe uma das etapas metodológicas para a elaboração de um glossário e contém campos que devem ser preenchidos com os dados que serão apresentados pelo verbete. Os campos do verbete devem fornecer, ao menos, duas instruções: “(a) informações sobre a significação das palavras e (b) informações sobre a ortografia” (Bugueño Miranda & Farias, 2011, p. 46). No caso de intérpretes de Libras, parece-nos que o comentário sobre a produção/pronúncia é mais relevante que a ortografia, visto que intérpretes lidam com a comunicação na modalidade oral.

Cavallo (2017a, p. 61) seleciona algumas informações que devem ser contempladas pela ficha terminológica para a elaboração de glossários destinados a intérpretes de línguas orais. De acordo com a autora, a ficha proposta deve conter os seguintes itens: i) o termo na língua de partida e de chegada; ii) definição do termo; iii) equivalente na língua de chegada; iv) contexto de uso que fornece informações sobre o nível de formalidade do termo e sobre o

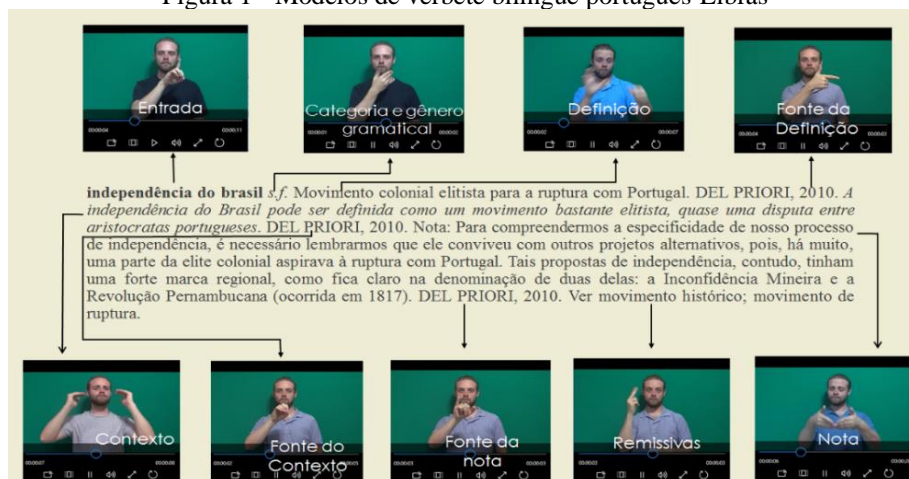
registro; v) pronúncia; vi) ilustração; vii) denominação grega ou latina que fornece informações sobre a etimologia do termo; viii) informações gramaticais; ix) variante ortográfica (siglas, acrônimos, abreviações); e x) os sinônimos.

O contexto de atuação no qual o intérprete está inserido pode fazer com que algum item seja realmente necessário ou dispensado. Ao pensarmos na interpretação para línguas de sinais, algumas adaptações podem ser realizadas. Assim, sugerimos que a ficha terminológica para a elaboração de glossários bilíngues português-Libras destinados a tradutores e intérpretes de Libras-português contenha, ao menos, as seguintes informações: i) o termo e o sinal-termo; ii) a definição do termo e do sinal-termo; iii) contexto de uso do termo e do sinal-termo; e iv) nota terminológica.

Informações gramaticais, variação dos termos e de sinais-termo, sinônimos na língua de partida e de chegada, e ilustrações podem ser facultativas. Consideramos essas informações opcionais, pois dependem do objetivo da obra, do público-alvo, da natureza das línguas envolvidas e da natureza do domínio científico, técnico ou tecnológico em que se encontram as unidades terminológicas (UT) na língua de partida e na língua de chegada. Na Libras, por exemplo, não há flexão de gênero para substantivos, adjetivos e pronomes (Cf. Quadros & Karnopp, 2004). Já em relação a ilustrações, em alguns casos, como na linguagem jurídica, no caso desta pesquisa, nem sempre se encontra uma boa ilustração que possa ser usada para complementar as informações semânticas da UT.

A respeito do público-alvo, por exemplo, Felten (2016) apresenta um modelo de verbete bilíngue português-Libras para glossário de História do Brasil destinado a alunos surdos da educação básica. Podemos observar a estrutura do verbete por meio da Figura 1, a seguir.

Figura 1 - Modelos de verbete bilíngue português-Libras



Fonte: Felten (2016, p. 139).

Embora a obra seja um modelo destinado a estudantes surdos da educação básica, o verbete proposto por Felten (2016) contém uma estrutura que pode contribuir para a forma de organização na atividade de tradução e interpretação de línguas de sinais. Destacamos os campos, definição, contexto e nota, que nos parecem ser elementos essenciais para a preparação de um tradutor e um intérprete de língua de sinais no momento de organizar seu glossário pessoal para uma atuação.

De outra forma, Vale (2018) traz um verbete em Libras seguindo o modelo de verbete proposto por Tuxi (2017). O diferencial que queremos destacar na pesquisa de Vale (2018) é que a autora propõe um glossário de sinais-termo do domínio jurídico intitulado *JustiLibras*, conforme a Figura 2, a seguir.

Figura 2 - Verbetes “Acordo”



Fonte: Vale (2018, p. 71).

Na figura acima, Vale (2008) utiliza a proposta de microestrutura⁴ apresentada por Tuxi (2017). A autora recomenda que os campos do verbete em Libras sejam registrados com cores (vestimentas) diferentes. Assim, a blusa preta é usada no registro da entrada do verbete, a blusa verde para a definição, a blusa amarela para o registro do contexto e a blusa vermelha no registro de variante, quando houver.

O glossário elaborado pela autora tem como público-alvo surdos e tradutores e intérpretes de Libras-português que queiram saber como determinado sinal-termo é realizado, bem como conhecer o seu significado. Além disso, é importante enfatizar que a pesquisa de Vale (2018) foi revisada e transformou-se em uma série chamada *Direito em Libras*⁵, projeto criado pela TV Justiça (emissora vinculada ao Supremo Tribunal Federal) que se estabeleceu

NOGUEIRA, Tiago Coimbra; FELTEN, Eduardo Felipe; VALE, Luciana Marque. Proposta de unidade didática para formação de intérpretes: o uso de glossários para preparação com vistas à interpretação em conferência da área jurídica. *Belas Infiéis*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 01-22, 2022. e-ISSN: 2316-6614. DOI: 10.26512/belasinfiéis.v11.n1.2022.41251

como um importante glossário bilíngue sobre Justiça em Libras. O material em questão foi adotado por nós para a elaboração das tarefas que compõem a UD proposta por essa pesquisa.

Aqui estão postos os caminhos prévios considerados que servem de recomendações a um intérprete ao se preparar para uma interpretação de conferência. Cumpre destacar que é importante que o aprendiz intérprete de Libras-português conheça esses caminhos que são apresentados ao longo de sua formação. Para isso, cabe ao formador orientar sobre como conhecer, consultar e elaborar um glossário em sala de aula em busca da aquisição da subcompetência instrumental e extralinguística.

Na próxima seção, apresentamos os métodos e procedimentos adotados para a construção da UD.

5. Contexto na Construção da UD: Métodos e Procedimentos Adotados

No contexto brasileiro, há um crescimento em relação à oferta de formação para intérpretes de Libras-português, porém, tal formação em grau universitário ainda é insuficiente para atingir toda a comunidade e as demandas no que diz respeito à atuação dos intérpretes. Atualmente, apenas oito universidades públicas federais⁶ oferecem cursos que visam formar tradutores e intérpretes de Libras-português. Nessa perspectiva, a formação se apresenta de maneira eminente, e a interpretação de conferências de temáticas jurídicas pode se estabelecer como uma forma de acesso à informação das pessoas surdas sobre seus direitos enquanto cidadãs.

Apoiando-se na proposição de ensino e aprendizagem dos cursos de formação, apresentamos a UD que foi elaborada em torno de objetivos de aprendizagem, buscando fazer com que os alunos adquiram competências extralinguísticas e instrumentais por meio da realização de tarefas.

Foram criados os seguintes objetivos de aprendizagem: 1 – conhecer os glossários de Libras-português da área jurídica e descrever como funciona o verbete; 2 – aprender a criar um verbete ideal utilizando recursos tecnológicos para montar um glossário coletivo; 3 – praticar a tradução de sentenças do contexto jurídico utilizando o glossário criado coletivamente; 4 – mobilizar o conhecimento da interpretação simultânea em conferência; e 5 – refletir sobre o processo de aprendizado na UD.

A UD está preparada para que o aluno aprenda a resolver problemas específicos do campo da interpretação de temáticas jurídicas. A estrutura da UD segue a orientação de Hurtado Albir (1999), e as tarefas foram organizadas em fichas para possibilitar o registro dos processos

NOGUEIRA, Tiago Coimbra; FELTEN, Eduardo Felipe; VALE, Luciana Marque. Proposta de unidade didática para formação de intérpretes: o uso de glossários para preparação com vistas à interpretação em conferência da área jurídica. *Belas Infiéis*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 01-22, 2022. e-ISSN: 2316-6614. DOI: 10.26512/belasinfiéis.v11.n1.2022.41251

realizados. O público-alvo desta UD são alunos de graduação do curso de bacharelado em Letras Libras que estão adquirindo competências para a interpretação de conferências; nesse caso, esses alunos já têm conhecimento prévio sobre os processos de interpretação.

Antes de realizar algumas tarefas, é apresentado um material de apoio, com o interesse de introduzir o tópico que será trabalhado nas tarefas. São indicadas referências bibliográficas aos alunos para que desenvolvam também a subcompetência “conhecimentos sobre a tradução”, presente e descrita no modelo de CT do PACTE (2003) como um conhecimento essencialmente declarativo sobre os princípios que regem a tradução. Os conhecimentos apresentados na UD⁷ versam sobre: o que é uma linguagem de especialidade; o que é um glossário; o que é um termo e um sinal-termo; o que é um verbete; o que é uma definição; para que serve um glossário pessoal na preparação da interpretação. Esses conceitos são apresentados como material de apoio da tarefa 1, que visa apresentar o contexto da UD. Cada tema é apresentado em forma de pergunta, com uma breve definição e indicação de leituras de artigos que sustentam a discussão.

14

A primeira tarefa, conforme Hurtado Albir (2015), pode ser entendida como do tipo de aprendizagem, já que ela visa adquirir um conhecimento. O objetivo é que os alunos conheçam e explorem a estrutura de alguns dos glossários da área jurídica de Libras e português e descrevam como funciona o verbete nesses materiais. Para isso, os alunos devem acessar os sites apresentados no Quadro 1 e observar como os verbetes são organizados em cada glossário. É também solicitado que o aluno verifique se encontra a mesma entrada em glossários diferentes e observe como uma mesma entrada aparece nos diferentes glossários. São sugeridas seis ferramentas: duas são glossários com sinais-termos da Libras, e quatro são de termos em português.

Quadro 2 - Tarefa 1

Glossários:	Link de acesso:
1 – Dicionário jurídico de Libras – TJSC, CEJUR, FCEE	https://www.tjsc.jus.br/dicionario-juridico-de-libras
2 – Direito em Libras	http://www.tvjustica.jus.br/index/detalhar-noticia/noticia/445534
3 – Glossário Jurídico – STF	http://www.stf.jus.br/portal/glossario/
4 – Glossário de termos jurídicos – MPF/ES	http://www.mpf.mp.br/es/sala-de-imprensa/glossario-de-terminos-juridicos
5 – Glossário de termos jurídicos – TRT/SP	http://www.trtsp.jus.br/consultas/221-pagina-principal/atendimento-e-servicos-trt2/1422-glossario-de-terminos-juridicos
6 – Vocabulário TST	https://www.tst.jus.br/vocabulario-juridico

Elaboração: os autores.

A ficha 1 consiste em uma tabela que contém os seguintes campos: “como está estruturado o glossário?” e “o que está faltando e poderia conter?”. O objetivo dessa tarefa é que o aluno perceba que essas ferramentas contribuem para a preparação dos intérpretes, mas também identifique as ferramentas de consulta terminológica que não foram criadas especificamente com o intuito de auxiliar intérpretes, pois, caso tivessem sido criadas com esse objetivo, deveriam conter outras informações nas entradas dos verbetes. A fim de realizar a tarefa, os alunos precisarão de computadores conectados à internet.

Ao final, propõe-se uma socialização entre os alunos conduzida pelo professor no que se refere às percepções e aos registros feitos na ficha 1 sobre a necessidade que o intérprete muitas vezes tem de organizar seu próprio glossário para atuação em uma conferência. A avaliação da aprendizagem acontece por meio do preenchimento da ficha e da participação no diálogo entre os alunos.

Antes da tarefa 2, é apresentado mais um material de apoio cujo conteúdo apresenta uma discussão teórica sobre a atividade do intérprete e o uso da terminologia. A citação de Valentini (2002 como citado em Cavallo, 2017a) auxilia os alunos a perceberem o que pode constar em uma ficha terminológica pensada para as necessidades dos intérpretes. Há apresentação de uma sugestão de ficha terminológica para a elaboração de glossários bilíngues português-Libras, que poderia conter as seguintes informações: i) o termo e o sinal-termo; ii) a definição do termo e do sinal-termo; iii) contexto de uso do termo e do sinal-termo; e iv) nota terminológica.

As leituras do material de apoio pretendem levar o aluno a entender a necessidade, em alguns serviços de interpretação, de criar seu próprio glossário temático para atuação em uma determinada conferência.

O objetivo da tarefa 2 é criar um verbete ideal na preparação de interpretação simultânea de conferência de temática jurídica para glossário pessoal. Os alunos, após a leitura do material de apoio 2, devem acessar o glossário *Direito em Libras*, escolher um dos verbetes nele disponíveis e pesquisar informações complementares sobre o termo em outras fontes. Os alunos podem consultar novamente as obras terminográficas disponíveis no Quadro 2, tarefa 1. Em seguida, devem preencher a ficha 2.

Quadro 3 - Ficha 2. Ficha terminológica

VERBETE	
Termo em Língua Portuguesa	
Sinal-termo em Libras	
Definição em Língua Portuguesa e Libras	
Contexto em Língua Portuguesa e Libras	
Nota	

Elaboração: os autores.

Essa ficha consiste em registrar as informações do verbete selecionado. O objetivo dessa tarefa é que cada aluno selecione uma entrada diferente e compartilhe o seu verbete na plataforma on-line da disciplina, usando a ferramenta “fórum”. Assim, com a junção do trabalho realizado por cada aluno, teremos um glossário específico criado pela turma, que será consultado na realização das próximas tarefas, constituindo-se como glossário coletivo para a temática jurídica. A tarefa conta com instruções que guiam o aluno na elaboração de um verbete em Libras, seguindo o modelo adotado por Vale (2018). O modelo foi compartilhado no material de apoio 2.

16

A tarefa 3 propõe a realização de traduções de sentenças do contexto jurídico. Essa atividade pode ser considerada de integração (Hurtado Albir, 2007, p. 180), porque ativa os componentes das competências instrumental, extralinguística e estratégica, e prepara o aluno para a realização da tarefa final. O objetivo é que os alunos manipulem o glossário antes da interpretação de conferência e utilizem o material produzido na tarefa 2.

Nessa tarefa, são apresentadas algumas frases em português a fim de que os alunos realizem a tradução para a Libras. Há uma orientação explícita para que, antes da tradução, o glossário coletivo seja consultado. As sentenças são trechos do *Habeas Corpus* 152.752, um texto real, de interesse nacional, com terminologia que exige estudo do intérprete. As traduções feitas pelos alunos são compartilhadas em uma plataforma de vídeo e incluídas na ficha 3 pelo link de acesso. Os alunos compartilharão o que realizaram tanto na ficha 3 quanto no fórum da disciplina no ambiente virtual para que todos tenham acesso às traduções realizadas.

Esse compartilhamento tende a levar os alunos a refletirem sobre o processo das traduções, e permite ao professor observar o caminho percorrido. Dessa maneira, a ficha 3.1 apresenta o questionamento de ordem pessoal: “o que você faria diferente?”. O interesse é fazer com que o aluno se posicione sobre a sua tradução ao observar as traduções de seus colegas e reflita sobre pontos de melhoria. Nessa tarefa, ainda consta a ficha 3.2, que solicita ao aluno uma reflexão específica sobre o processo de tradução. A ficha contém as seguintes perguntas:

-
- 1 – Quais foram os problemas de tradução que emergiram na tradução das sentenças? Pontue pelo menos 3 (três) aspectos.
 - 2 – De que maneira as consultas aos verbetes dos glossários disponíveis contribuíram para a tradução e solução de possíveis problemas ao longo do processo?
 - 3 – A construção dos verbetes no glossário coletivo auxiliou na tradução de quais termos?
 - 4 – Quais ferramentas serviram de auxílio na tradução (descreva exatamente como lhe ajudaram na preparação da interpretação)?

Ao responder a essas perguntas o aluno realizaria, como nomeado por Hurtado Albir (2015, p. 14), uma “tarefa de elaboração de relatórios”, que é usada para coletar informação sobre o processo de elaboração de uma tradução.

Como comentamos anteriormente, a tarefa 3 é um exercício de transição para a tarefa 4, que consiste especificamente em uma interpretação simultânea. Essa é uma tarefa integradora (Hurtado Albir, 2015, p. 180), pois ativa várias competências importantes para a interpretação. Os alunos terão um texto à disposição para utilizar na preparação; nesse caso, devem novamente recorrer ao glossário criado coletivamente, produto da tarefa 2, e realizar a interpretação simultânea do português para Libras. Para esse trabalho de interpretação, selecionamos um vídeo do parecer de um ministro do Supremo Tribunal Federal sobre a prisão de um deputado.⁸

Após o exercício de interpretação, os alunos podem refletir sobre o processo e responder à ficha 4, na qual consta a seguinte pergunta: "De acordo com o seu processo de interpretação, quais foram os problemas de interpretação encontrados?". A ficha 4 é um espaço disponível para que o aluno registre problemas de interpretação e quais estratégias usou para resolvê-los.

Ao final, o aluno deve realizar a última tarefa, que consiste em uma reflexão sobre o processo de aprendizado da UD. O aluno teve a oportunidade de conhecer glossários disponíveis para área jurídica e aprendeu sobre informações importantes que devem constar em um glossário para a interpretação de conferência. Então, na tarefa 5, solicita-se que os alunos reflitam sobre o processo de aprendizagem realizado durante as tarefas por meio das seguintes perguntas:

-
- 1 – Quais foram os principais desafios ao se deparar com lacunas terminológicas?
 - 2 – Qual sua impressão sobre os discursos de especialidade e a densidade terminológica?
 - 3 – Você se sente capaz de construir glossários de outras temáticas para atuação em outras conferências?
 - 4 – Como você acha que os glossários podem contribuir para os intérpretes em atuação de conferências?

Ao responder a essas perguntas, o aluno realizaria um relatório, descrevendo e refletindo sobre seu processo de interpretação.

Considerações finais

Neste trabalho, procuramos mostrar uma interseção entre as pesquisas realizadas no campo da Didática da Tradução e da Terminografia da Libras. Com essa expectativa, propusemos uma UD com foco maior na aquisição da subcompetência instrumental e da subcompetência extralinguística para a prática da interpretação em contexto de conferência. Com base em tarefas de tradução, a proposta se destina a professores que queiram utilizá-las em sala de aula para ensinar seus alunos a reconhecer e manusear materiais terminográficos na preparação prévia para uma interpretação de conferência.

Esperamos ter mostrado a relação entre Tradução, Terminologia e Terminografia. A Terminologia da Libras e do português permite-nos conhecer termos, expressões e formas de se comunicar em uma área científica, técnica ou tecnológica. Isso mostra a relação complexa entre as duas áreas do conhecimento, que extrapola a simples busca por um equivalente. A Terminografia, no que lhe diz respeito, serve como subsídio para a organização e avaliação de glossários e dicionários de especialidade.

Em relação ao aluno intérprete, o conhecimento adquirido ao longo da sua formação auxilia na tomada de decisões no momento de interpretar e, portanto, está relacionado às outras subcompetências, como o conhecimento sobre tradução e a estratégica, por exemplo.

Este trabalho possui ainda caráter inovador, considerando a proposta de ficha terminológica para a elaboração de glossários bilíngues português-Libras. Esse traço de inovação possibilita ao aluno o desenvolvimento de um *corpus*, que converge para a estruturação e redação dos verbetes de sinais-termo de uma área científica, técnica ou tecnológica. Com isso, o intérprete em potencial tem a possibilidade de criar um *corpus* pessoal e, no caso de proposta, coletivo, que pode ser consultado sempre que necessário.

É importante admitir que o trabalho não está concluído, ainda mais por se tratar de uma proposta elaborada com uma finalidade pedagógica hipotética, embora passível de ser implementada. Além disso, ao considerar os princípios didático-pedagógicos que conduziram a elaboração da UD pautada por tarefas, nossa proposta final estará sempre em revisão, desenvolvimento e aperfeiçoamento, visto que, por princípio, sempre é elaborada para uma realidade pedagógica específica. Isso porque, a partir da sua utilização pelo docente, certamente surgirão *feedbacks* por meio dessa experiência, por ser uma UD dinâmica e flexível. Tais adaptações podem ser necessárias, se pensarmos em outras temáticas que visam à aquisição da CT. A UD desenvolvida por nós, embora passível de modificações e adaptações, aparenta atender aos objetivos propostos.

Agradecimentos

Agradecemos aos professores Maria Lúcia Vasconcellos, Filipe Mendes Neckel e Edelweiss Vitol Gysel pela leitura e contribuições.

REFERÊNCIAS

19

- Bevilacqua, C. R., & Kilian, C. K. (2017). Tradução e Terminologia: relações necessárias e a formação do tradutor. *Domínios de Linguagem*, 11(5), 1707–1726.
- Bevilacqua, C., & Finatto, M. J. B. (2006). Lexicografia e terminografia: alguns contrapontos fundamentais. *Revista Alfa*, 50(2), 43–54.
- Bugueño Miranda, F., & Farias, V. S. (2011). Da microestrutura em dicionários semasiológicos do português e seus problemas. *Estudos da Língua(gem)*, 9(1), 39–69.
- Camargo, P. G. (2014). Competência em interpretação - um breve estudo da interpretação em língua B. *Tradterm*, 23(1), 13–33.
- Cavallo, P. (2017a). Necessidades terminológicas dos intérpretes vs. as dos tradutores: análise de três produtos terminográficos multilíngues. *Cadernos do IL*, (54), p. 47–65.
- Cavallo, P. (2017b). Dicionários Onomasiológicos para intérpretes novatos: o caso do Longman Language Activator. *Tradução em Revista*, (23), 2–22.
- Delisle, J. (1980). *L'Analyse du discours comme méthode de traduction – Théorie et pratique*. Éditions de l'Université d'Ottawa.
- Delisle, J. (1993). *La traduction raisonnée – Manual d'initiation à la traduction professionnelle del'anglais vers le français*. Les Presses de l'Université d'Ottawa.

-
- Faulstich, E. (1995). *Base metodológica para pesquisa em socioterminologia: termo e variação*. Centro Lexterm.
- Faulstich, E. (2012). *Glossário sistêmico de léxico terminológico para pesquisadores surdos*. Centro Lexterm. (Power Point – Aula)
- Felten, E. F. (2016). *Glossário sistêmico bilíngue Português-Libras de termos da história do Brasil* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília].
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/21493>
- Felten, E. F. (2020). Obras lexicográficas em Língua de Sinais com base em percursos Semasiológicos e Onomasiológicos, *South American Journal of Basic Education, Technical and Technological [Dossiê Léxico, Terminologia e Políticas Linguísticas: SAJEBTT]*, 7(2), 168–195.
- Finatto, M. J., & Motta, E. (2017). Terminologia e Acessibilidade: novas demandas e frentes de pesquisa. *GTLex*, 2(2), 316–356.
- Hurtado Albir, A. (2015). *Aprender a traducir del francés al español: competencias y tareas para la iniciación a la traducción* (Serie Aprender a traducir). Universitat Jaume I - Servicio de Publicaciones.
- Hurtado Albir, A. (2005). Cognição e discurso. In A. Pagano, C. Magalhães & F. Alvez, *Competência em tradução: Cognição e discurso* (pp. 19–57). Editora UFMG.
- Hurtado Albir, A. (2007). Competence-based curriculum design. *The Interpreter and Translator Trainer (ITT)*, 1(2), 163–195.
- Hurtado Albir, A. (1999). *Enseñar a traducir: Metodología en la formación de traductores e intérpretes*. Espanha.
- Hurtado Albir, A. (2011). *Traducción y traductología* (5. ed.). Gredos.
- Krieger, M. G. (2006). Do ensino da terminologia para tradutores: diretrizes básicas. *Cadernos de Tradução*, 1(17), 189–206.
- Krieger, M. G., & Finatto, M. J. B. (2018). *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. Ed. Contexto.
- Luchi, M. (2019). *A institucionalização de cursos superiores de formação de Tradutores e Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa no Brasil no decênio 2005/2015: o que os cursos esperam dos seus alunos?* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214807>
- Nogueira, T. C. (2019). A mobilização da competência interpretativa na atuação de conferências: uma reflexão a partir do modelo do PACTE. *Belas Infieis*, 8(1), 191–211.

-
- Nogueira, T. C. (2020). Atividade de Preparação para Intérpretes de Libras-Português em Conferências. In C. H. Rodrigues & R. M. Quadros (Org.), *Estudos da Língua Brasileira de Sinais V* (pp. 331–348). Insular.
- Nogueira, T. C. (2016). *Intérpretes de Libras no contexto de Conferência: uma descrição do trabalho em equipe e as formas de apoio na cabine* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina].
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/167619>
- PACTE (Process in the Acquisition of Translation Competence and Evaluation). Building a Translation Competence Model. (2003). In F. Alves (Ed.), *Triangulating Translation: perspectives in process-oriented research* (pp. 43–66). John Benjamins.
- Quadros, R. M., & Karnopp, L. B. (2004). *Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos*. Artmed.
- Rodrigues, C. H., & Beer, H. (2015). Os estudos da tradução e da interpretação de línguas de sinais: novo campo disciplinar emergente? *Cadernos de Tradução*, 35(2), 17–45.
- Santos, E. C. P. (2018). Terminologia, Tradução e Libras: alguns caminhos para pesquisas. *Transversal – Revista em Tradução*, 4(8), 96–109.
- Schierholz, S. J. (2012). Lexicografia de especialidade e terminografia. *Cadernos de Tradução: Corpus, Corpora e Dicionários*, 30, 51–71.
- Tuxi, P. A. (2017). *Terminologia na Língua de Sinais Brasileira: Proposta de Organização e de Registro de Termos Técnicos e Administrativos do Meio Acadêmico em Glossário Bilíngue* [Tese de doutorado, Universidade de Brasília].
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/23754>
- Vale, L. M. (2018). *A importância da Terminologia para atuação do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais Brasileira: proposta de glossário de sinais-termo do Processo Judicial Eletrônico* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília].
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/33028>
- Valentini, C. (2002). *Uso del computer in cabina di interpretazione. Inchiesta sui bisogni terminologici degli interpreti prima e durante la simultanea*.
<http://aiic.net/page/656/uso-delcomputer-in-cabina-de-interpretazione/lang/72>

1 Para acesso completo à UD – *Interpretação de Conferência: uso de glossários para atuação em conferência da área jurídica*, acesse o link:

<https://drive.google.com/file/d/1ovIPBMXaWtJoXkixDyLTjCf6EigRXE6P/view?usp=sharing>

2 Sinal-termo: termo criado na Língua Brasileira de Sinais para representar conceitos que denotam palavras simples, compostas, símbolos ou fórmulas, usados nas áreas específicas do conhecimento (Faulstich, 2012).

3 Consideramos como leitores não típicos aqueles que não são especialistas de uma área científica, técnica ou tecnológica. Já os medianos são aqueles leitores leigos que variam de acordo com a idade, nível de escolarização, classe social etc.

4 “Conjunto de informações, baseadas no registro e organização das Fichas Terminológicas” (Tuxi, 2017, p. 171).

5 O glossário *Direito em Libras*, da TV Justiça, pode ser acessado por meio do link:

https://www.youtube.com/watch?v=pIdZIo_CPHo.

6 Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de Roraima (UFRR); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

7 As referências bibliográficas sugeridas como leituras aos alunos podem ser vistas na UD:

<https://docs.google.com/document/d/1ovIPBMXaWtJoXkixDyLTjCf6EigRxE6P/edit>

8 Link de acesso para o texto de preparação para a interpretação:

<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=460657&ori=1>

Link de acesso para o vídeo que será objeto de interpretação simultânea:

<https://www.youtube.com/watch?v=mNw2kE6yPQY>